Caro(a) leitor(a),

Essa edição da *newsletter* do CEDIS traz os principais acontecimentos relativos à proteção de dados no Brasil e no mundo. Destacamos a promulgação da Emenda Constitucional nº 115 pelo Congresso Nacional, que incluiu a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais.

Confira essas e outras novidades nesta edição da nossa *newsletter*.

Desejamos um ótimo ano novo e esperamos que a leitura seja proveitosa :)

Até a próxima!

|  |
| --- |
| **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** |

**Promulgada emenda constitucional de proteção de dados**

O Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 115, que inclui a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais. O texto já foi inserido como inciso LXXIX, do art. 5º da Constituição Federal.

Texto

Descrição gerada automaticamente com confiança média

**(...)**



**Senado Federal institui Comissão de Juristas responsável pela elaboração de substitutivo de lei sobre Inteligência Artificial**

Por meio do Ato do Presidente do Senado Federal nº 4 de 2022, foi instituída a comissão de juristas responsável pela elaboração do substitutivo aos Projetos de Lei nºs 5.051/2019, 21/ 2020, e 872/ 2021. A comissão será presidida pelo Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva e terá como relatora a nossa diretora Laura Schertel Mendes. Nosso diretor Danilo Doneda e nossas pesquisadoras Estela Aranha e Miriam Wimmer, que também é diretora da ANPD, também foram nomeados como titulares da comissão. SAIBA MAIS

**Biometria facial passa a ser obrigatória no acesso ao portal e-CAC da Receita**

Acesso ao Centro Virtual de Atendimento da Receita Federal (e-CAC) terá o nível de segurança aumentado. Quem usa o login único do Portal Gov.br só poderá acessar o e-CAC com contas nível prata ou ouro, que têm mais recursos de proteção. Em nota, a Receita Federal explicou que a mudança faz parte de um processo de melhoria no acesso aos serviços digitais do órgão. SAIBA MAIS

**Inep remove microdados do Censo Escolar e do Enem e oculta informações do sistema como parte de sua adequação à LGPD**

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação, retirou do ar toda a série histórica com dados sobre o Censo Escolar da educação básica e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) anteriores a 2020, que norteava a formulação de políticas públicas educacionais. Em nota, o Inep alega que a medida foi adotada visando a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). SAIBA MAIS

|  |
| --- |
| **JURISPRUDÊNCIA** |

**STJ considera ilegal obtenção direta de dados fiscais por iniciativa do MP**

​A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, decidiu que é ilegal a requisição de dados fiscais feita diretamente pelo Ministério Público (MP), sem autorização judicial. Com esse entendimento, o colegiado deu provimento a dois recursos em habeas corpus nos quais os acusados alegaram constrangimento ilegal em razão da obtenção direta de seus dados fiscais, a partir de solicitação do MP à Receita Federal. SAIBA MAIS

**STJ decide que provedores de e-mail não têm o dever de armazenar mensagens deletadas da conta do usuário**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que os provedores de aplicações que oferecem serviços de e-mail – como o Google – não têm o dever de armazenar as mensagens recebidas ou enviadas pelo usuário e que foram deletadas de sua conta. No mesmo julgamento, o colegiado isentou o Google de responsabilidade pelos danos materiais sofridos por um usuário que, após ataque hacker ao seu e-mail, perdeu criptomoedas que estavam depositadas em uma conta específica. Para a turma, não ficou demonstrado nexo de causalidade entre a conduta do provedor e o dano sofrido pelo usuário. SAIBA MAIS

**STJ decide que é válido pedido de congelamento de dados telemáticos antes de autorização judicial**

Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou válido o pedido feito pelo Ministério Público – sem autorização judicial – para que provedores de internet congelassem dados telemáticos de usuários, preservando-os para fins de investigação criminal. SAIBA MAIS

**Justiça do Trabalho decide que uso do bafômetro viola proteção de dados**

Um trabalhador demitido após um teste de bafômetro apontar embriaguez conseguiu reverter a dispensa por justa causa na Justiça do Trabalho com base nas salvaguardas da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). Para o juiz da 1ª Vara do Trabalho de Dourados (MS), a empresa que submeteu o funcionário ao bafômetro descumpriu a LGPD ao não comunicar de maneira explícita a finalidade e a necessidade de realizar o teste. O tipo de dado coletado, por ser uma informação relacionada à saúde, é considerado sensível. SAIBA MAIS

**Ação Civil Pública busca vedar o uso de reconhecimento facial pelo metrô de São Paulo**

Organizações da sociedade civil e defensorias públicas protocolaram uma Ação Civil Pública﻿ para impedir que usuários do Metrô de São Paulo continuem a ter informações sobre seus rostos coletadas, mapeadas e monitoradas através de reconhecimento facial. Além do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), também assinam a ação a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Defensoria Pública da União, Intervozes (Coletivo Brasil de Comunicação Social), Artigo 19 Brasil e América do Sul e CADHu (Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos). SAIBA MAIS

|  |
| --- |
| **DE OLHO NA ANPD...** |

**Publicado Decreto nº 10.975/2022 que trata da estrutura organizacional da Autoridade**

Em 23/02 foi publicado o Decreto nº 10.975/2022, que altera o Decreto nº 10.474/2020, o qual trata da estrutura organizacional da Autoridade. O novo decreto modifica a estrutura da ANPD acrescentando novos cargos, remanejando e transformando cargos em comissão e funções de confiança. SAIBA MAIS

|  |
| --- |
| **MUNDO** |

**Autoridade de Proteção de Dados do Reino Unido busca dialogar com a Meta sobre questões relativas à proteção infantil**

A Autoridade de Proteção de Dados (DPA) dinamarquesa decidiu que um controlador não implementou medidas de segurança apropriadas para impedir o acesso não autorizado aos dados de seus clientes, não relatou uma violação de dados. A DPA ordenou que a empresa criptografasse as senhas de todos os clientes com um algoritmo reconhecido para que não fossem armazenadas em texto não criptografado. SAIBA MAIS

**Autoridade de Proteção de Dados do Reino Unido busca dialogar com a Meta sobre questões relativas à proteção infantil**

A Autoridade de Proteção de Dados (DPA) dinamarquesa decidiu que um controlador não implementou medidas de segurança apropriadas para impedir o acesso não autorizado aos dados de seus clientes, não relatou uma violação de dados. A DPA ordenou que a empresa criptografasse as senhas de todos os clientes com um algoritmo reconhecido para que não fossem armazenadas em texto não criptografado. SAIBA MAIS

**Parlamento Europeu publica parecer sobre Lei de Inteligência Artificial**

A Comissão da Cultura e da Educação (CULT) do Parlamento Europeu publicou o seu parecer sobre a Lei de Inteligência Artificial. O objetivo é facilitar o desenvolvimento de um mercado único para aplicações de IA que sejam seguras e confiáveis, além de aprimorar a governança e a aplicação efetiva da legislação existente sobre direitos fundamentais e requisitos de segurança aplicáveis ​​aos sistemas de IA. SAIBA MAIS

**Texas processa Meta por práticas de reconhecimento facial do Facebook**

O procurador-geral do Texas ajuizou ação contra a Meta Platforms, controladora do Facebook, alegando que o uso de tecnologia de reconhecimento facial da rede social violava proteções de privacidade do estado para dados biométricos. SAIBA MAIS

|  |
| --- |
| **EVENTOS** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Evento** | **Organização** | **Data** |
| A era do diálogo 10 anos: ideias e práticas para o futuro da defesa do consumidor | A era do diálogo | 31/03, a partir das 9:15h |